

# CIÊNCIAS HUMANAS:

Uma nova interpretação  
para um conceito comum

Aline Ferreira Antunes  
(ORGANIZADORA)

Atena  
Editora  
Ano 2021

# CIÊNCIAS HUMANAS:

Uma nova interpretação  
para um conceito comum

**Aline Ferreira Antunes**  
(ORGANIZADORA)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

istock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial- Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Ciências humanas: uma nova interpretação para um conceito comum

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Aline Ferreira Antunes

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: uma nova interpretação para um conceito comum / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5983-257-6  
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.576210807>

1. Ciências humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Esta é mais uma obra da Atena Editora feita com vistas a temas transversais e interdisciplinares. Cada capítulo é uma contribuição diferente à ciência brasileira e sul americana, contando com trabalhos inclusive sobre a Amazônia Boliviana e o Peru.

Além disto, ensino, matemática, história, filosofia e direito também estão presentes nesta obra, seja apresentando projetos desenvolvidos, ou reafirmando a importância dos já em curso no Brasil, como o PIBID.

Encontramos também um artigo que pensa o ensino virtual e sua complexidade, diante de uma pandemia que nos força a modificarmos e repensarmos nossa vida pessoal e profissional, sobretudo no campo da educação, o que demonstra, além da importância da divulgação de tais pesquisas, a própria problematização do tema.

Capítulos dedicados à exploração da temática memória e identidade, cidade e urbanização, subjetividade, dentre outros, estão aqui presentes, bem como sobre tensões identitárias, e temas que são cada vez mais urgentes como as subjetividades negras e a necessidade urgente de igualdade de gênero.

Esta obra em específico apresenta dois artigos que discutem a medicina alternativa do Reiki e outro que problematiza o uso medicinal da *Cannabis sativa*. Isto é, todos os temas aqui presentes são atuais, altamente articulados com as discussões científicas nacional e internacionalmente.

É neste amplo *hall* de assuntos que convidamos vocês a prestigiarem cada capítulo e suas discussões teórico-metodológicas. Esperamos que tais trabalhos possam inspirar mais e mais publicações como um ato de resistência ao sucateamento e ataque às pesquisas científicas, às universidades e à educação de maneira geral.

Boa leitura!

Aline Ferreira Antunes

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **O ENSINO VIRTUAL E SUA COMPLEXIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Maria Geni Pereira Bilio

Leyze Grecco

Ana Mary Bilio Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108071>

### **CAPÍTULO 2..... 10**

#### **PROJETO CARIÑO: CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA MARCA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO EMOCIONAL**

Letícia Cabral da Silveira Sanches

Nicole Curtinovi Martins

Anerose Perini

Carmen Maria de Quadros Galvão

Luiza Trapp da Silva

Luciana Flores

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108072>

### **CAPÍTULO 3..... 23**

#### **MAPEAMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ALTO/MÉDIO JEQUITINHONHA-MG**

Aderval Costa Filho

César Augusto Fernandes Silva

Edivaldo Ferreira Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108073>

### **CAPÍTULO 4..... 40**

#### **OBSCURECIDOS: A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS NEGROS E INDÍGENAS, AS IDENTIDADES CULTURAIS BRASILEIRAS E O ENSINO DE HISTÓRIA**

Evelyn de Souza Santiago Candido da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108074>

### **CAPÍTULO 5..... 51**

#### **EFEITO AUTORREFLEXIVO DAS OBRAS CINEMATOGRAFICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DIREITO**

Ronaldo Blecha Veiga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108075>

### **CAPÍTULO 6..... 64**

#### **A VIDA VIRTUOSA COMO CONDIÇÃO PARA A FELICIDADE SEGUNDOARISTÓTELES**

Brucily Vieira de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108076>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
A DIALÉTICA DO PROGRESSO EM ADORNO	
Lívia Santos Brisolla	
Luís César de Souza	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108077">https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108077</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>82</b>
TENSÕES IDENTITÁRIAS: INSTRUMENTO TERMINOLÓGICO E QUESTÃO RACIAL	
Miriam Gontijo de Moraes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108078">https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108078</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
NEGRAS E NEGROS NAS MARCAS DISCURSIVAS DE CANTIGA DE CAPOEIRA	
Lúcia Jacinta da Silva Backes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108079">https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108079</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>102</b>
NEGRAS, NEGROS, SUBJETIVIDADES EM MOVIMENTO	
Maria das Graças Gonçalves	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080710">https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080710</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>116</b>
DA PROTEÇÃO DA MULHER NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E A IGUALDADE DE GÊNERO FRENTE AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA	
Fernanda Xavier de Souza	
Márcia Schlemper Wernke	
Camila Stefanos Oselame	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080711">https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080711</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
A DEMOCRATIZAÇÃO DOS SIGNOS PARA LEITURA MUNDO E SUJEITO SOCIAL	
Marcilma Rossilene de Carvalho	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080712">https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080712</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>141</b>
MEMÓRIAS DE APRISIONAMENTO: DISCUTINDO O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO TOTAL À LUZ DE UMA INSTITUIÇÃO PSIQUIÁTRICO-PENAL	
Randiza Santis Lopes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080713">https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080713</a>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>149</b>
DIREITO À CIDADE, PARTICIPAÇÃO POPULAR E URBANIZAÇÃO: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UM DEBATE NECESSÁRIO	
Thalita Alves Silva Ribeiro	
Priscylla de Freitas Cavalcante	

Jorge Vinícios Silva Gondim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080714>

**CAPÍTULO 15..... 163**

O PAC NO MUNICÍPIO DE COLOMBO-PR: O PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO JARDIM MARAMBAIA

Flávia Iankowski Claro Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080715>

**CAPÍTULO 16..... 180**

ANÁLISE DO DESEMPENHO EDUCACIONAL SOB ASPECTOS FAMILIARES UTILIZANDO DADOS DO SARESP

Bruna Christina Battissacco

Camila Fernanda Bassetto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080716>

**CAPÍTULO 17..... 193**

A GASTRONOMIA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA INOVADORA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA

Ana Carolina Leite Gomes

Marlon Martins Moreira

Richarlisson Henrique Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080717>

**CAPÍTULO 18..... 203**

A TRANSVERSALIDADE COMO MÉTODO PARA ABORDAGEM DE ASSUNTOS ATUAIS: *Aedes aegypti*

Lívia Paschoal Tancler

Amanda Thaís Godoy

Camila Maria Munhoz Felipe

Lílian Sauer Albertini

Valdir Gonzalez Paixão Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080718>

**CAPÍTULO 19..... 207**

FUNCIONAMENTO DO REIKI E DO CAMPO ENERGÉTICO HUMANO: UM DIÁLOGO ENTRE WILHELM REICH, KI E FÍSICA QUÂNTICA

Victor Pfister Lacerda Moreira

Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080719>

**CAPÍTULO 20..... 224**

LEGALIZAÇÃO DO USO MEDICINAL DA *CANNABIS SATIVA*: UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE HUMANA

Caroline Leite de Camargo

Celany Queiroz Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080720>

**CAPÍTULO 21.....239**

SERINGAIS NATIVOS DO RIO MAMU: PAISAGEM CULTURAL E IDENTIDADE NA FLORESTA PANDINA BOLIVIANA

Francisco Marquelino Santana

Josué da Costa Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080721>

**CAPÍTULO 22.....247**

A PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA DO PERU

Tainá Dutra de Assumpção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080722>

**CAPÍTULO 23.....256**

OS REFLEXOS DA VIDA E OBRA DE DARWIN CONTEXTUALIZADOS EM UMA TERTÚLIA DIALÓGICA

Sheila Pires dos Santos

Shirley Pires de Souza dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080723>

**SOBRE A ORGANIZADORA.....266**

**ÍNDICE REMISSIVO.....267**

## O PAC NO MUNICÍPIO DE COLOMBO-PR: O PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO JARDIM MARAMBAIA

*Data de aceite: 01/07/2021*

**Flávia Iankowski Claro Pereira**

<http://lattes.cnpq.br/8961862267378999>

**RESUMO:** O Município de Colombo faz parte da metrópole de Curitiba e desde a década de 1970 participa ativamente da dinâmica de periferização da moradia popular desta aglomeração urbana, que produziu espaços informais em grande parte localizados em áreas de fragilidade ambiental e com carência de infraestrutura. O histórico da política habitacional no Município sempre priorizou a resolução quantitativa do déficit habitacional gerado pela sua condição metropolitana, através de remoções de favelas. O PAC-UAP representou uma mudança nesse cenário, uma vez que permitiu investimento público nos assentamentos precários, incorporando a urbanização das áreas e priorizando o remanejamento. Esse artigo dedica-se a estudar o projeto de urbanização realizado no Jardim Marambaia, financiado pelo PAC – UAP, com o objetivo de verificar em que medida ele representou uma mudança na forma como vinham sendo implementadas as intervenções em favelas no município e em que aspectos ele reforça ou avança em relação às práticas que o antecederam.

**PALAVRAS-CHAVE:** Município de Colombo. Urbanização de favelas. PAC-UAP.

**ABSTRACT:** The Municipality of Colombo is part of the metropolis of Curitiba and since the 1970s it has actively participated in the dynamics of the

peripheralization of popular housing in this urban agglomeration, which produced informal spaces largely located in areas of environmental fragility and lack of infrastructure. The history of housing policy in the Municipality has always prioritized the quantitative resolution of the housing deficit generated by its metropolitan condition, through removals of favelas. The PAC-UAP represented a change in this scenario, as it allowed public investment in precarious settlements, incorporating the urbanization of areas and prioritizing relocation. This article is dedicated to studying the urbanization project carried out in Jardim Marambaia, financed by the PAC – UAP, with the aim of verifying the extent to which it represented a change in the way interventions were being implemented in the city's slum and in what aspects it reinforces or advances in relation to the practices that preceded it.

**KEYWORDS:** Municipality of Colombo. Urbanization of favelas. PAC-UAP.

### 1 | INTRODUÇÃO

Quando se fala em moradia adequada, faz-se necessário compreender a habitação não apenas como uma unidade onde habita uma família, mas um sistema integral que compreende também o terreno, a infraestrutura para urbanização e serviços e o equipamento social e comunitário, dentro de um contexto cultural, sócio econômico, político e físico-ambiental (UN- HABITAT, 1976). Sendo assim, a moradia adequada tem um alcance mais amplo não restrito à casa e os programas habitacionais

deveriam possibilitar o acesso à cidade a todos aqueles que participam da sua produção, incluindo-se entre eles os moradores das favelas.

Ao longo de sua trajetória, o planejamento urbano brasileiro, especialmente aquele que trata da questão habitacional, contou com políticas públicas que tinham o intuito de diminuir o déficit quantitativo de moradias e que acabaram potencializando o processo de segregação socioespacial, como nos casos, por exemplo, da produção de conjuntos habitacionais homogêneos em termos de classe social e apartados do restante da cidade, espacial e territorialmente, muitas vezes associados aos processos de remoção de favelas.

Tomando como referência o conceito de moradia adequada e considerando o papel do Estado como promotor de políticas públicas que garantam o acesso a direitos básicos, esse trabalho reflete a respeito dos programas de habitação no Município de Colombo (PR), inserido no contexto da metrópole de Curitiba, dando ênfase ao Programa de Aceleração do Crescimento-Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP). A partir da implementação do projeto de urbanização do Jardim Marambaia, analisa-se também a natureza e as características da intervenção, com o objetivo de identificar se o projeto inovou ou repetiu o modelo praticado até então.

O artigo deriva dos resultados de uma pesquisa intitulada Balanço PAC na Metrópole de Curitiba, que integra um projeto de pesquisa mais amplo denominado Habitação e Direito à Cidade: Balanço PAC – Urbanização de favelas, desenvolvido no âmbito da Rede de Pesquisa Observatório das Metrópoles.

Para tanto, utilizou-se a metodologia proposta por Ferreira (2012) para pesquisa da produção do PMCMV, que subdivide a análise em três escalas: (i) da inserção urbana, que estabelece relações do empreendimento com a cidade e com o bairro em que está inserido; (ii) da implantação, que classifica o empreendimento em relação ao seu entorno imediato e (iii) da unidade habitacional, que analisa a edificação de acordo com suas características. Esta metodologia foi adaptada ao caso estudado, que se caracterizou pelo remanejamento de população de favela com produção de novas unidades habitacionais e urbanização da área ocupada.

## **2 | A INSERÇÃO METROPOLITANA DO MUNICÍPIO DE COLOMBO E A PRODUÇÃO DA MORADIA POPULAR**

O Município de Colombo encontra-se na porção leste da metrópole de Curitiba<sup>1</sup>, (Figura 1) uma região marcada pela presença de mananciais de abastecimento hídrico e pelo processo de periferação da moradia popular a partir da cidade polo. A produção e estruturação do seu espaço urbano insere-se, portanto, no fenômeno de metropolização,

---

<sup>1</sup> Considera-se metrópole a grande cidade com funções superiores de comando e gestão, articulada à economia global e de onde partem para os territórios nacionais vetores de modernidade e complexidade (FIRKOWSKI, 2012, p. 37). Em Curitiba, ela abarca 14 municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC): Curitiba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Campo Magro, Itaperuçu, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais (SILVA; CZYTAJLO, 2016, p. 191).

que segundo Silva (2012), teve seu processo de produção de moradia popular dividido em duas fases. A primeira entre 1970 e 1980, caracterizou-se pela formação de uma periferia no entorno da cidade polo derivada da autoconstrução e da ação regular de proprietários de terra e incorporadores imobiliários; e pelo crescimento das favelas e a concentração da produção habitacional financiada pelo Estado no Município de Curitiba. Nesse período, em que houve maior fluxo migratório em direção à RMC, a produção de loteamentos populares, apesar de apresentarem-se regularmente aprovados, foi caracterizada pela inexistência e/ou fragilidade das normas de parcelamento e uso e ocupação do solo (SILVA, 2012).

De acordo com Ultramari e Moura (1994), nesse período, a estruturação da metrópole era marcada pela existência de áreas rurais e periféricas limítrofes a Curitiba sob pressão de ocupação, pela insularidade das áreas urbanas centrais dos municípios situados no entorno do polo e pela presença de áreas urbanas consolidadas em processo de extravasamento. A materialização desse processo conformou uma coroa de ocupação periférica situada nos limites territoriais da capital, na qual se insere o Município de Colombo, que somada à sua posição geográfica, à fragilidade social e à incapacidade institucional de fazer frente aos interesses do mercado imobiliário, formam um espaço urbano caracterizado pelo crescimento dos assentamentos precários.

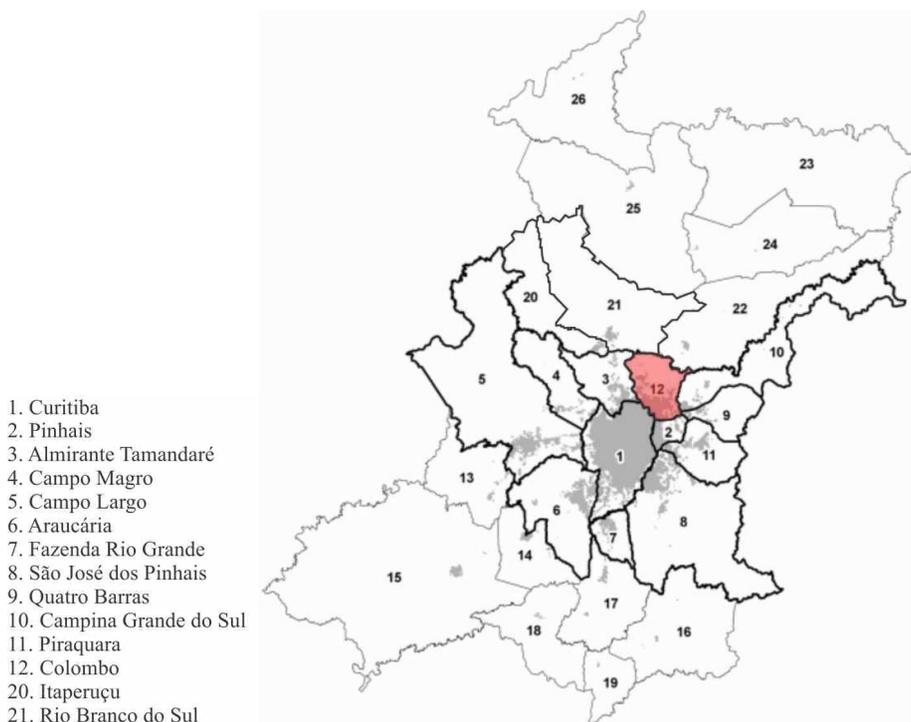


Figura 1: Município de Colombo na metrópole de Curitiba.

Fonte: Silva (2012), a autora (2018).

A segunda fase apontada por Silva (2012) iniciou a partir da década de 1990, quando a informalidade ganha uma dimensão metropolitana, com aumento do número de domicílios e espaços informais de moradia em todos os municípios que integram metrópole de Curitiba (SILVA, 2012). Nesse período, houve a expansão da favelização para áreas mais distantes do polo, principalmente na porção leste, em áreas ambientalmente frágeis, especialmente aquelas de manancial de abastecimento hídrico. Segundo o IPARDES (2010), nessa época aproximadamente 25% das ocupações informais na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) situavam-se em áreas de restrição ambiental à ocupação, tais como várzeas, encostas íngremes e Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Apesar dessa realidade, não havia instrumentos legais que favorecessem a atuação do poder público no enfrentamento desta questão em escala metropolitana, pois a legislação existente até então não era flexível à urbanização para regularização urbanística dos assentamentos informais. Consciente de que esse modelo de ocupação aprofundaria os problemas ambientais já existentes, em especial o abastecimento hídrico na RMC, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) passou a atuar de forma mais intensa na criação de instrumentos que pudessem controlar a ocupação nas áreas de mananciais. No final da década de 1990 foi aprovada a Lei 12.248/1998, que criou o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC – SIGPROM, a partir do qual foi possível equilibrar a garantia do direito à moradia em ocupações informais consolidadas e a preservação dos recursos hídricos, por meio da criação de Áreas de Interesse Social.

Neste contexto, no final da década de 2000, Colombo apresentava 59 assentamentos precários, sendo 47 na área urbana e 12 na área rural, que segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) consistiam em “ocupações irregulares habitadas por famílias de baixa renda de até 03 salários mínimos” (COLOMBO, 2012, p. 41).

### **3 | ATUAÇÃO DO ESTADO NA POLÍTICA HABITACIONAL DE COLOMBO**

Até o início do ano 2000 não havia política de intervenção em assentamentos precários no Município e o número de espaços informais de moradia somente cresceu. No ano de 2003 Colombo beneficiou-se do marco legal representado pelo SIGPROM por meio do programa Direito de Morar, desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU-PARANACIDADE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo de Desenvolvimento Urbano, a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), a Prefeitura Municipal de Colombo e outros. A partir de então o Estado passa a atuar na urbanização de espaços informais de moradia no município, podendo interferir em ocupações consolidáveis localizadas em áreas de manancial.

O primeiro exemplo dessa nova forma de atuação foi a intervenção da Vila Zumbi

dos Palmares<sup>2</sup> realizada através dos recursos do BID, por meio do Programa Habitar Brasil (HBB) BID (BITTENCOURT, 2014). Esta favela se caracterizava por uma ocupação consolidável, situada sobre a APP do rio Palmital e na faixa de domínio da Rodovia BR116. Na ocasião foram remanejadas 281 famílias para habitações localizadas em áreas vazias dentro da própria ocupação (Figura 2) e realizadas obras de drenagem em todo o loteamento, além da recuperação ambiental da margem esquerda do rio, com a construção de uma estação de bombeamento, dique de proteção e uma lagoa de regularização de vazões. O total de investimentos previsto foi de R\$21 milhões, sendo que desse total R\$ 12,5 milhões foram recursos do Programa Paraná Urbano II, promovido pela SEDU -PARANACIDADE (CLARO, 2007).



Figura 2: Habitações construídas na Vila Zumbi dos Palmares - 2007.

Fonte: autora, 2007

Depois desta experiência, em 2007 a COHAPAR submeteu alguns projetos que tiveram origem no Programa Direito de Morar à chamada pública feita pelo Ministério das Cidades para o PAC-UAP. Na ocasião foram selecionadas quatro propostas na categoria Projetos Prioritários de Investimento (PPI) e Intervenções em Favelas (IF) nos municípios metropolitanos de Campo Magro, Colombo, Pinhais e Piraquara, todos situados na coroa de urbanização periféricas do entorno à cidade polo.

A escolha deu-se devido ao alinhamento das propostas aos critérios específicos dados pelo PAC PPI e IF, que segundo Prestes e Lagana (2017), foram:

- a. obras de grande porte, assim consideradas aquelas que envolviam investimentos superiores a R\$ 10 milhões;
- (II) integração e articulação com o território, cuja área de abrangência envolva mais de um agente institucional – estado e município ou mais de um município;
- (III) recuperação ambiental de danos ao meio ambiente, causados por assentamentos irregulares em área de mananciais, áreas de

<sup>2</sup> A Vila Zumbi dos Palmares estruturou-se a partir de uma ocupação iniciada no dia 13 de maio de 1991 e possuía 6.649 habitantes distribuídos em 1797 famílias no ano de 2004 quando foi regularizada. A área encontra-se na margem direita do Rio Palmital, em área de manancial de abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba (CLARO, 2007).

preservação ambiental e/ou preservação permanente; e (IV) complementação de obras já iniciadas (PRESTES & LAGANA, 2017, p. 6).

Ainda segundo as autoras, quando o Estado é o agente proponente das ações de urbanização, a questão ambiental torna-se um de seus eixos estruturantes, como é o caso do PAC PPI-Favelas na metrópole de Curitiba, favorecendo a inclusão de Colombo no programa de urbanização de assentamentos precários em função do contexto sócio espacial do município.

Os programas voltados para o desenvolvimento urbano, criados no âmbito do PAC, especialmente os Projetos Prioritários de Investimento (PPI), derivaram, da experiência do programa Habitar Brasil BID (HBB). O PAC UAP foi concebido, portanto, com base nas experiências dos programas que o precederam, mas representou o maior montante de investimentos federais até então utilizados no país para urbanização de favelas, anteriormente uma competência dos Estados e Municípios (CARDOSO, 2007).

No momento do lançamento do PAC, em 22 de janeiro de 2007, o Brasil atravessava mais de duas décadas com baixo nível de investimento em infraestrutura logística e de transporte, além de praticamente nenhum investimento sistêmico e de porte relevante em infraestrutura urbana e social (CALDAS, 2015). Como forma de impulsionar o desenvolvimento nacional, o PAC teve como objetivo investir R\$ 500 bilhões até o ano de 2010 nos setores de infraestrutura, saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos (BITTENCOURT, 2014), sempre aliando, em seu discurso oficial, o crescimento à inclusão e diminuição de desigualdades regionais e sociais do país (CALDAS, 2015).

Um fator importante para a operacionalização do PAC foi existência do Projeto Multissetorial Integrado Urbano (PMI), que havia sido criado em 1995 como um programa de financiamento do BNDES e que foi uma alternativa de investimentos públicos em desenvolvimento urbano durante o processo recessivo que afetou todas as políticas públicas nacionais durante a década de 1990. O PMI visava promover soluções para a melhoria das condições de habitação em comunidades carentes, através da implantação de infraestrutura mínima e melhorias habitacionais e urbanísticas compatíveis com as características de cada área. (DANTAS et al., 2012).

O PMI foi também importante para as intervenções estruturantes do PAC, que se realizaram em duas fases: o PAC 1, de 2007 a 2010, que previu principalmente um conjunto de medidas institucionais no qual foi incluído o eixo de Urbanização de Assentamento Precários, o PAC-UAP; e o PAC 2, de 2011 a 2014, quando foram realizados investimentos em infraestrutura especialmente nos eixos de logística, energia e urbano e social. No PAC1 a modalidade inseria-se no eixo Infraestrutura Social e Urbana e no PAC 2 passou a fazer parte do eixo Minha Casa Minha Vida (PETRAROLLI, 2015).

Na fase do PAC 1, as medidas adotadas para colocar seus objetivos em prática foram: elevação significativa do investimento público em infraestrutura, ampliação de concessões de créditos bancários, redução da taxa de juros e incentivo ao aumento da confiança e

disposição do setor privado através de medidas fiscais, institucionais e legais (CALDAS, 2015), com o risco de representar, mais uma vez, um modelo de transferência de renda para a iniciativa privada, tal qual aconteceu com seus modelos predecessores, embora o programa tenha sido oficialmente anunciado como um instrumento de universalização dos benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do país, de forma a trazer riqueza a todos e não apenas lucro para poucos (BRASIL, 2007).

Devido às características para contratação por parte dos municípios, o PAC tornou-se o principal recurso para as ações de urbanização, causando a migração de vários projetos de outras fontes de financiamento para esta modalidade (BITTENCOURT, 2014).

#### **4 | O PAC UAP EM COLOMBO: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS ASSENTAMENTOS BENEFICIADOS**

O Plano Diretor Municipal de Colombo – Lei 875/2004 – prevê a implantação de áreas destinadas de forma prioritária à implementação da política habitacional, através de programas voltados à população de baixa renda, que são divididas em Áreas de Interesse Social 1 e 2 (AIS 1 e AIS 2). As AIS 1 são áreas que já se encontram ocupadas por espaços informais de moradia, e AIS 2 são áreas desocupadas e que receberão a população reassentada de áreas de preservação. Ambas podem ser criadas a qualquer momento mediante ato do Poder Executivo Municipal, segundo o Plano Diretor.

No município o PAC-UAP teve início no ano de 2007, pela formalização de dois Termos de Compromisso denominados Jardim Guaraituba e Roça Grande, que receberam recursos do Orçamento Geral da União (OGU) na modalidade de Urbanização. O primeiro abrangeu parte da ocupação informal na margem esquerda do Rio Palmital, prevendo sua realocação para um terreno público mais distante onde seriam construídas 520 unidades habitacionais com o intuito de realizar a recuperação ambiental da margem do rio e a retirada das famílias da situação de risco (COLOMBO, 2015). O segundo abrangeu várias ocupações, com ações de urbanização e remanejamento de parte das famílias.

As áreas dos TC Jardim Guaraituba e TC Roça Grande possuíam restrições à urbanização, derivadas da baixa capacidade de drenagem dos solos e ao interesse estratégico de manutenção de suas bacias hidrográficas como manancial de abastecimento público. Dessa forma suas diretrizes de ocupação eram de conservação ou de ocupação de baixíssima densidade. Especialmente no período posterior à década de 1990, somente as restrições impostas pela legislação não foram suficientes para conter a ocupação informal desses espaços, processo presente em outras áreas da metrópole, como já pontuado.

De acordo com a COHAPAR (2010), as áreas propostas para intervenção foram escolhidas levando-se em consideração:

- a) As ações já realizadas à montante do rio Palmital no Município de Colombo, com a regularização fundiária da Vila Zumbi dos Palmares, e;

b) O adensamento e risco das famílias situadas junto à margem direita do rio Atuba. (COHAPAR, 2010, p.09)

No PAC Roça Grande, 879 famílias dos loteamentos Jardim Marambaia, Jardim Liberdade e Jardim do Contorno foram diretamente atingidas pelo programa com a previsão de substituição de moradia ou regularização fundiária, infraestrutura básica, retificação do rio Atuba e recuperação ambiental das áreas ocupadas irregularmente (COHAPAR, 2010).

O Atuba é um rio que marca a divisa de Curitiba com três municípios situados à leste de seus limites político-administrativas: Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais. Segundo o IPARDES (2010), o número de assentamentos precários situados em Colombo nas áreas contíguas à Curitiba, e que possuem alguma ocupação sobre APP é de 31 de um total de 36, ou seja, um percentual que corresponde a 86% das favelas do município limítrofes ao polo. Tal dado reforça a vinculação do processo de produção das favelas do município com a dinâmica presente na cidade polo e na metrópole de Curitiba.

## **5 | A INTERVENÇÃO DO JARDIM MARAMBAIA– PAC ROÇA GRANDE**

Como já afirmado, foram firmados dois Termos de Compromisso no âmbito do PAC UAP, e o Jardim Marambaia estava incluído no TC Roça Grande. Neste TC o projeto aprovado previa a construção de outros dois conjuntos habitacionais, no entanto, o Jardim Marambaia foi a única obra finalizada com a entrega de todas as 188 unidades previstas pelo programa.

O loteamento localiza-se na porção sudoeste de Colombo, na divisa com Curitiba, e segue um padrão comum ao de outras ocupações irregulares situadas nas bordas extravasadas da cidade polo sobre os municípios do entorno. Localiza-se em uma área de fundo de vale, remanescente de um loteamento regular com o mesmo nome, que no ano de 1972 foi aprovado parcialmente na faixa de 30,0m da Área de Preservação Permanente - APP do rio Atuba. Na ocasião foi prevista uma faixa de 15,0m para cada lado do eixo do rio como APP.

A parte não regular do Jardim Marambaia foi iniciada por cinco famílias oriundas do interior do Paraná, que dividiram seus lotes entre seus familiares, às quais se somaram anos mais tarde outras famílias, intensificando a ocupação da área que no ano de 2007 totalizavam 188 famílias (COHAPAR, 2010). Segundo o PLHIS, a ocupação possuía mais de 60% das habitações localizadas em área de inundação e construídas com materiais de construção reaproveitados e madeira, inadequadas à moradia ou precárias.

Na Figura 3 pode-se observar a ocupação da APP ao longo do Rio Atuba pelas famílias no ano de 2004, antes de implantado o projeto de urbanização financiado pelo PAC UAP. Vale destacar também que naquele ano a ocupação urbana do polo ainda não havia alcançado o limite de seu território na divisa com Colombo.



Figura 3 – Foto aérea Jardim Marambaia em 09/05/2004.

Fonte: Série histórica Google Earth.

Segundo a COHAPAR (2010), do total das famílias que ocupavam a área que deveria ser desocupada, 92,86% possuía renda de até 3 Salários Mínimos. Tais características fizeram com que o projeto priorizasse o remanejamento das moradias para uma área adjacente à ocupação, forada área de risco, tornando consolidável a ocupação. As demais famílias que ocupavam loteamentos regularizados permaneceram no local a uma distância média de 30,0m das margens do rio, proporcionando a recuperação da mata ciliar, configurando, dessa forma, uma urbanização com remanejamento (Figura 4).



Figura 4 – Habitações na beira do RioAtuba no Jardim Marambaia antes da intervenção - Colombo.

Fonte: COHAPAR, 2010.

No que diz respeito à escala da Inserção Urbana, foram avaliados a infraestrutura e os serviços urbanos, a localização, a acessibilidade e a fluidez urbana do conjunto habitacional construído. Em relação à inserção, embora o empreendimento possa ter contribuído com o espraiamento da malha urbana, já que consolidou ainda mais a ocupação na divisa do município em uma região onde ainda há presença de áreas verdes e vazios urbanos (Figura 5), não se observou a desarticulação do sistema viário, já que

o traçado urbano da intervenção deu continuidade àquilo que havia no entorno. O local permanece acessado pela Rua das Olarias, uma importante via de acesso ao Município de Curitiba, possuindo assim articulação urbanística com entorno, além de não representar um enclave na malha urbana e possuir boa fluidez. A região onde está localizada a intervenção é predominantemente residencial, com ocupação horizontal de no máximo três pavimentos, e também possui algumas indústrias e comércio vicinal, ou seja, o espaço já era caracterizado pela diversidade fazendo com que não houvesse a criação de bairros monofuncionais.



Figura 5 – Foto aérea Jardim Marambaia em 13/08/2017.

Fonte: Série histórica Google Earth.

Todos os moradores que estavam a menos de 30,0 m da margem do Rio Atuba foram remanejados e receberam uma nova unidade habitacional em um terreno onde foram executadas as 188 unidades habitacionais, próxima à área desocupada, contribuindo dessa forma com a manutenção das relações que já se haviam estabelecido.

No que diz respeito à infraestrutura e serviços urbanos, a comunidade conta com alguns equipamentos públicos, como uma creche municipal e uma unidade de saúde a 100 m e escolas estaduais e municipais a aproximadamente 500 m de distância e que já eram utilizados pela população. A opção pelo remanejamento faz com que as famílias permaneçam no local onde já estavam inseridas, visto que a nova área de moradia é muito próxima ao local onde elas viviam anteriormente e já possui um mínimo de infraestrutura. A região é deficitária no entanto, de espaços de convivência social, como parques, praças e equipamentos esportivos, e a implantação do parque linear na margem do rio Atuba, que havia sido previsto pelo projeto, não foi concretizada.

## 6 I FORMA/ PADRONIZAÇÃO/ MONOFUNCIONALIDADE

Embora não haja uma relação lógica entre a forma arquitetônica e urbanística e a maneira como as pessoas relacionam-se com ela, sabe-se que a sociabilidade pode ser influenciada pela conformação espacial dos locais onde as pessoas vivem. Dentre outras variáveis, cabe analisar a forma física do empreendimento, desde a implantação, onde foram examinadas a topografia, paisagismo, impacto ambiental, formas de ocupação e densidade, as unidades habitacionais, com a análise das plantas e fachadas das unidades habitacionais de forma isolada, e como o conjunto arquitetônico foi inserido no meio urbano, contemplando custo, conforto ambiental, dimensionamento, flexibilidade e sustentabilidade.

Em relação aos elementos naturais, antes da construção das unidades o terreno possuía topografia relativamente plana, fazendo com que não fosse necessário adaptar o projeto a nenhum desnível, além de não possuir nenhum tipo de vegetação de médio e grande porte. No âmbito do projeto financiado pelo PAC não foi implantado paisagismo, que poderia ter contribuído positivamente com o microclima local, garantido conforto ambiental com áreas sombreadas e melhora na qualidade do ar, permitindo um percurso agradável nas vias públicas e produzindo áreas permeáveis com retenção e absorção de águas pluviais, reduzindo a contribuição à rede de drenagem urbana.

O terreno foi ocupado por duas tipologias habitacionais unifamiliares térreas: unidades isoladas adaptadas a pessoas com deficiência (PCD) e unidades geminadas duas a duas e dispostas linearmente (Figura 6), ambas conforme modelos padrão da COHAPAR. Possuem área de 40,75m<sup>2</sup> com 2 quartos, banheiro e salas de estar, jantar e cozinha conjugados e são construídas em alvenaria de tijolos cerâmicos. As plantas possuem pouca possibilidade de variação, e foram adotadas por tratar-se da solução usada nos empreendimentos do PACUAP executados pela COHAPAR. Tal escolha faz com que o projeto arquitetônico seja pouco flexível, não permitindo receber ampliações na área ou modificações na organização da planta, dificultando a adaptação do espaço às diferentes tipologias de famílias que ocupam o local, ou às variações nas estruturas familiares ocorridas ao longo do tempo.



Figura 6 – Planta baixa da unidade habitacional geminada.

Fonte: COHAPAR 2000, adaptado pela autora, 2018.

Cabe ressaltar que apesar da padronização ser recorrente em habitações de interesse social, seja pelo baixo custo ou pela rapidez na sua execução, ela não deve necessariamente ser sinônimo de baixa qualidade arquitetônica.

Outro tipo de padronização comum é aquela que diz respeito à exclusividade da função habitacional do empreendimento. Tal característica faz com que o morador não tenha diversidade de oferta de comércio e serviços de pequeno porte no interior da comunidade, nem tampouco espaço para instalá-los no interior do lote, obrigando a adaptação de um cômodo da casa para produzir renda e satisfazer suas necessidades. Dessa forma, o espaço já considerado reduzido para algumas famílias, torna-se ainda mais limitado.

Verificou-se ainda que as tipologias construtivas permitiram que cada família personalizasse sua unidade e descaracterizasse a padronização inicial das habitações, apropriando-se do local e dando a ele identidade própria.



Figura 07 – Unidades habitacionais entregues no Jardim Marambaia - 2013.

Fonte: PMC, 2013.



Figura 08 – Unidades habitacionais personalizadas no Jardim Marambaia - 2017.

Fonte: Google Earth.

No que diz respeito ao método construtivo, o conjunto entregue pela COHAPAR optou pela construção em alvenaria com tijolo de oito furos (Figura 9), na dimensão de 19cm x 19cm x 9cm, assentados em pé com 1cm de argamassa e finalizados com 2cm de reboco em ambos os lados e com pilares e vigas moldados in loco. Esse tipo de solução torna-se mais rentável à construtora responsável pela obra quando pode ser replicado o maior número de vezes, no entanto é realizado de uma forma que não leva em consideração e não se adapta ao clima e cultura local, disponibilidade de matéria prima, diferenças nos terrenos entre outros fatores. Isso faz com que, somado ao desenho urbano que não é concebido de acordo com a orientação solar do local, as habitações possuam baixíssimo desempenho termo acústico, por exemplo.



Figura 9 – Unidade em fase de construção - 2012.

Fonte: COHAPAR, 2013.

Um resultado melhor poderia ser alcançado com soluções simples como a mudança na posição de assentamento dos tijolos, fazendo com que as paredes fossem mais espessas e, conseqüentemente a unidade tivesse maior inércia térmica, com uma variação da posição de cada edificação em relação ao sol. Além disso, poderia ter sido utilizada mão de obra e matéria prima local, reforçando a sustentabilidade da obra.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação precária em que vivem milhares de pessoas nas favelas brasileiras é, além de outros aspectos, resultado da baixa remuneração da força de trabalho e da insuficiência de políticas na área habitacional, o que faz com que o Estado torne-se responsável direto pela resolução desse problema. No entanto, a atuação do poder público tem sido majoritariamente marcada pela produção de novas unidades habitacionais com poucas iniciativas em relação à melhora urbanística de assentamentos já consolidados.

No Município de Colombo não foi diferente, já que o histórico da ação do Estado priorizou desocupações e realocações de famílias, sem contemplar urbanização no local de origem e a manutenção da relação social construída pelas pessoas atingidas pelas intervenções. Esse cenário começou a mudar com a intervenção na Vila Zumbi dos Palmares (BID HBB) e no Jardim Marambaia (PAC UAP), que representam a mudança na forma como o poder público passou a tratar os espaços informais de moradia no município.

No Jardim Marambaia, o remanejamento das famílias para local próximo e integrado à malha urbana, além de tirá-las da situação de risco e precariedade em que viviam, permitiu a manutenção das redes sociais da comunidade que haviam construído e as manteve próximas à infraestrutura e equipamentos públicos que já faziam uso. Uma boa inserção urbana torna-se ainda mais importante em locais de baixa renda, visto que os moradores tendem a criar vínculos sociais e envolver-se em atividades próximas aos locais de moradia, sendo mais difícil custear o deslocamento e manter redes sociais mais distantes. Isso se estende aos locais de trabalho, uma vez que muitos são trabalhadores

informais, que acabam tirando seu sustento de atividades realizadas próximas aos locais que habitam.

Abramo (2003) faz uma análise da rede de proximidade criada por moradores de favelas que apresenta três fatores principais: a proximidade física, que diz respeito à localização das famílias no espaço; a proximidade social, que é resultante de uma classificação social que engloba todos em uma mesma condição, a de moradores de favelas e, por último, a proximidade organizada, constituída a partir de redes de hierarquias informais que resultam de uma construção social interna, que é capaz de definir líderes e construir uma teia de relações e que, portanto, exige uma manutenção social.

Nesse sentido, o PAC-UAP representou um avanço na forma com que era tratada a política habitacional no país, pois conseguiu estabelecer uma análise mais criteriosa da rede de relações criadas pelas famílias contempladas pelo Programa e seu entorno. Na intervenção do Jardim Marambaia em Colombo, entende-se que a maior mudança deve-se ao fato de o programa não ter previsto apenas a remoção da favela, mas ter optado por um remanejamento para fora da área de risco, porém mantendo os moradores onde eles já haviam criado suas redes de relações de confiança e reciprocidade, impedindo que a comunidade se desagregasse ou perdesse sua territorialidade no momento da intervenção. Dessa forma, sabendo-se que qualquer interferência será sempre realizada por técnicos com um olhar estrangeiro sobre a realidade da favela, desconhecedores do cotidiano do local, dos conflitos e precariedades que somente o morador vivencia e que muitas vezes reproduzem padrões habitacionais que são aplicados às mais diferentes realidades, fica o desafio de criar espaços que possam adaptar-se às particularidades de cada família, e que ao mesmo tempo produzam boa qualidade arquitetônica em todas as escalas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A teoria econômica da favela: quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In: ABRAMO, P. (Org) **A Cidade da Informalidade: o desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Sette Letras, FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, E. M. R. **Intervenções estruturantes na urbanização de assentamentos precários: o caso da Vila Nossa Senhora de Fátima**. Dissertação, 249 p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Programa de Aceleração do Crescimento, 2007 - 2010*. Material preparado para a imprensa sob a responsabilidade da Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, com informações da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, por ocasião do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento. Palácio do Planalto. Brasília. Janeiro 2007.

CALDAS. M. F. **Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil**. 271 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira da urbanização de favelas. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, v. 17, p. 219-240, 2007.

CLARO, F. I. Efetividade da política de regularização fundiária da Vila Zumbi dos Palmares no Município de Colombo, Região Metropolitana de Curitiba. 81f.

Monografia. (Pós-graduação em Cidade, Meio-Ambiente e Políticas Públicas) Universidade Federal do Paraná, 2007.

COHAPAR. PAC/PPI – INTERVENÇÃO EM FAVELAS. **PTTS - Projeto de Trabalho Técnico Social**. Colombo-PR. Março/2010.

\_\_\_\_\_. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Paraná. Curitiba, 2012.

COLOMBO. **Plano Local de Habitação de Interesse Social, Diagnóstico Habitacional**. Colombo, 2004. 209 p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 875/2004**. Institui o Plano Diretor do Município de Colombo e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Relatório de caracterização da demanda habitacional e diagnóstico de equipamentos e serviços públicos e urbanos. Operação TC 226.008-54/2007 PAC/PPI. Colombo, 2015. 22p.

DANTAS, A. et al. Projeto Multissetorial Integrado (PMI): uma análise do desempenho da linha de financiamento. BNDES Setorial, n. 36. Rio de Janeiro: BNDES, 2012.

FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. São Paulo, LABHAB/Fupam. 2012.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Porque as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 19-38, jan./jun. 2012.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Assentamentos precários urbanos: espaços da Região Metropolitana de Curitiba: relatório II. / Projeto caracterização e tipologia dos assentamentos precários na Região Metropolitana de Curitiba – IPEA/IPARDES**. Curitiba, 2010.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Vancouver Declaration on Human Settlements**. (N. A/CONF.70/15). Canada/Vancouver: ONU, 1976a. Disponível em: Acesso em: 10-08-2016.

PARANÁ. Lei n.º 12.248, de 31 de julho de 1998. Cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais - SIGPROM.

PETRAROLLI, J. **O tempo nas urbanizações das favelas. Contratação e execução de obras do PAC no Grande ABC**. 141 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território), Universidade Federal do ABC, Santo André, 2015.

PRESTES, M. F.; LAGANA, M. F. O tratamento urbanístico do componente físico ambiental nas urbanizações de assentamentos precários na bacia Altíssimo Iguaçu – RMC. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (XVII ENANPR), São Paulo, 2017. **Anais eletrônicos**: São Paulo: FAU/USP, 2017. Disponível em: <[http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Ses\\_soes\\_Tematicas/ST%205/ST%205.9/ST%205.9-01.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Ses_soes_Tematicas/ST%205/ST%205.9/ST%205.9-01.pdf)> Acesso em: 23 maio. 2018.

SILVA, M. N. da. **A dinâmica da produção dos espaços informais de moradia e processo de metropolização em Curitiba**. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SILVA, M. N. da; CZYTAJLO, N. P. Produção da favelas e villas e estruturação das metrópoles de Curitiba – Brasil e Tucumán – Argentina. In: **Estudos Urbanos Comparados: Oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina**. / Maria Encarnação Beltrão Sposito ... [et al.]; coordinación general de Olga Castreghini de Freitas-Firkowski ... [et al.]. - 1a ed. - San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016.

ULTRAMARI, C; MOURA, R. (Org.). **Metrópole Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

*Aedes aegypti* 203, 204, 205, 206  
Amazônia boliviana 239, 240, 244  
Análise bioenergética 207, 209, 211, 215, 217  
Aprisionamento 141, 144  
Autonomia social 10, 11, 21

### B

Barbárie 72, 74, 75, 76, 79, 80

### C

*Cannabis sativa* 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 237, 238  
Cantiga de roda de capoeira 95, 97, 98, 100  
Cinema 52, 61, 62, 63  
Conhecimento 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 38, 43, 47, 48, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 72, 73, 74, 75, 78, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 93, 96, 97, 104, 113, 132, 133, 140, 152, 159, 181, 182, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 217, 256, 257, 259, 262, 263  
Cultura 10, 12, 21, 24, 25, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 71, 78, 81, 88, 90, 91, 92, 100, 101, 102, 104, 108, 110, 111, 112, 114, 123, 124, 133, 135, 138, 142, 146, 175, 196, 202, 211, 216, 234, 239, 246, 259, 263

### D

Darwin 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265  
Democratização 124, 130, 132, 157, 257  
Desempenho 175, 178, 180, 181, 182, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 262  
Dialética 55, 56, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 160, 221  
Dignidade 60, 109, 122, 153, 161, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237  
Direito 23, 24, 27, 28, 51, 60, 61, 62, 63, 74, 93, 109, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 135, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 235, 236, 237, 238, 264  
Direito à saúde 224, 225, 227, 228, 229, 230  
Diversidade 25, 26, 47, 50, 53, 82, 104, 105, 110, 124, 130, 133, 139, 172, 174, 194, 260, 262

## E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 23, 38, 46, 49, 50, 74, 75, 76, 80, 81, 89, 92, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 114, 116, 118, 122, 123, 127, 130, 131, 132, 133, 139, 140, 155, 156, 161, 180, 181, 192, 193, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 237, 257, 259, 260, 264, 265, 266

Efeito autorreflexivo 51, 53

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 18, 19, 33, 40, 46, 47, 48, 49, 50, 92, 102, 103, 104, 110, 111, 114, 135, 180, 181, 182, 183, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 205, 206, 223, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266

Ensino de matemática 196, 201

Ensino virtual 1

Equidade racial 102, 103

## F

Felicidade 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Feminismo 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 123

Ferramentas digitais 1, 3, 5

Filosofia 51, 52, 53, 54, 60, 61, 62, 63, 71, 73, 92, 94, 136, 140, 153, 161, 212, 216, 226, 237, 245, 264, 265

## G

Gastronomia 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202

## H

História 33, 40, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 71, 76, 77, 78, 80, 88, 91, 92, 97, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 117, 125, 127, 136, 137, 138, 147, 150, 152, 153, 194, 195, 199, 213, 214, 240, 246, 249, 252, 257, 262, 263, 265, 266

## I

Identidade 18, 25, 27, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 82, 88, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 147, 159, 174, 213, 239, 240, 242, 243, 244, 245

Igualdade de gêneros 116, 117, 119, 122, 127

Índigenas 24, 25, 26, 29, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 104, 184, 185, 211, 246

Interdisciplinaridade 194, 204, 206

Isonomia 116, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 127

## L

Legalização 224, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 236, 237

## **M**

Matrix 51, 52, 53, 54, 56, 57, 60, 61, 63, 102

Memórias 59, 92, 95, 96, 97, 106, 113, 133, 141, 146, 148

Memória social 141, 146, 147

Moradia 32, 103, 153, 154, 155, 157, 158, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 172, 176, 179

Mulheres 20, 32, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 105, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 145, 146

## **N**

Negras 49, 82, 84, 87, 88, 89, 95, 96, 98, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 110

Negros 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 181, 184, 191

## **P**

Paisagem cultural 239, 240, 242, 243, 244

Participação popular 149, 150, 155, 158, 159, 160, 161, 247, 253, 254

PIBID 203, 204

Pluralismo cultural 130, 131, 132, 133

Política externa 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Políticas públicas 23, 24, 25, 27, 31, 92, 113, 117, 118, 123, 124, 127, 128, 129, 143, 149, 150, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 164, 168, 178, 191, 210, 244, 249, 260

Progresso 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 125, 196

Projeto cariño 10

## **Q**

Qualidade de vida 12, 118, 208, 222, 224, 225, 231, 234, 235

## **R**

Raça 44, 46, 84, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 99, 100, 106, 114, 138, 180, 181, 184, 185, 189, 190, 191

Racismo 49, 84, 89, 102, 103, 105, 111, 112, 113, 114, 125

Regressão 72, 74, 75, 76, 79, 80, 156, 182, 187

Reiki 207, 208, 209, 210, 211, 212, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223

Renda familiar 180, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191

## **S**

SARESP 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192

Seringais 239, 240, 241, 242

Subjetividades 102, 104, 105, 106, 108, 113, 130, 131

Sujeito social 130, 131

Sustentabilidade 10, 11, 12, 19, 20, 21, 22, 173, 176

## **T**

Teoria da evolução 256, 258, 262, 264

Toque terapêutico 207, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 218, 219, 220

Transformações sociais 1

Transitoriedades 130, 131, 139

Transversalidade 124, 203, 204, 205, 206

Tutela constitucional 116, 126

## **U**

Urbanização 74, 149, 150, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 176, 177, 178

## **V**

Vale do Jequitinhonha 23

Virtude 5, 9, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 76, 77

# CIÊNCIAS HUMANAS:

Uma nova interpretação  
para um conceito comum



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora

Ano 2021

# CIÊNCIAS HUMANAS:

**Uma nova interpretação  
para um conceito comum**



[www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)



[contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)



[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)



[facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora

Ano 2021